

# CORREIO DE CAMPINAS

Ricardo Stuckert



Lula e Tourinho em vista do presidente a Campinas

## Tourinho pede a Lula mais um campus do IFSP

O médico sanitário Pedro Tourinho, que foi candidato a prefeito de Campinas por duas vezes e atualmente é pré-candidato a deputado federal, solicitou ao presidente Lula a implantação de um novo campus do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) na cidade. Ambos são do PT. "Durante meu mandato como vereador em Campinas, tive papel importante na articulação para trazer o primeiro campus do IFSP para a cidade, localizado na região do Campo Grande. Elaboramos um relatório na comissão de estudos que ajudou a viabilizar, junto ao governo federal, a implantação da instituição", lembra Tourinho, que foi vereador em Campinas por dois mandatos.

### Demanda

O pedido a Lula foi feito ao lado do professor Silmário dos Santos, reitor do instituto. "A cidade de Campinas comporta até mais dois campi, talvez três campi, mas a demanda hoje é para mais um campus na cidade para atender o outro lado da região", declara o docente. Em 2013, Tourinho criou e presidiu uma Comissão Especial de Estudos para retomada das obras e implantação do IFSP no município.

Câmara Municipal de Campinas



Moção solicita também reunião entre os envolvidos

## Etec em prédio abandonado

A Moção de Apelo do vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP), que solicita ao Governo do Estado a implantação de uma Etec (Escola Técnica Estadual) no prédio da antiga Fundação CASA Jequitibá, atualmente abandonado no Jardim São Vicente, foi aprovada pela Câmara Municipal. Desta forma, o pedido Legislativo poderá ser encaminhado ao secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan. O texto propõe que a reutilização do imóvel seja avaliada em parceria com a Prefeitura.

## Qualificação profissional

Na justificativa, o vereador destaca que a macrorregião sul de Campinas reúne cerca de 260 mil habitantes e ainda carece de equipamentos públicos voltados ao ensino técnico e profissionalizante. Sustenta também que a escola ampliaria o acesso à qualificação profissional e abriria novas perspectivas para adolescentes e jovens da região.

## PINGA-FOGO

### Bravo! I

A iniciativa do presidente da Câmara Luiz Rossini (Republicanos-SP) ao conceder o Diploma de Honra ao Mérito Manuel Ferraz de Campos Salles à Academia Campinense de Letras (ACL) pelos 70 anos da instituição resgata o verdadeiro sentido das honrarias públicas, desgastadas por distribuições banais.

### Bravo! II

Ao celebrar uma instituição que presta serviços culturais relevantes, valoriza a história local e fomenta a memória campinense. Fundada em 1956, a ACL mantém 40 cadeiras vitalícias inspiradas na Academia Brasileira de Letras (ABL) para preservar a língua portuguesa e o melhor da cultura de Campinas.

### Bravo! III

O reconhecimento se justifica, entre outros, pela promoção de palestras, exposições e encontros na sede histórica, de arquitetura grega. O ato legislativo ganha relevância ao fixar o olhar sobre o patrimônio intelectual em uma época em que comendas costumam ser distribuídas sem critérios rigorosos.

### Bravo! IV

A distinção conferida à Academia é um freio institucional contra a superficialidade, demonstrando que o poder público ainda identifica e celebra a erudição e impacto social duradouro. Ao validar a trajetória de uma entidade que fomenta a leitura e a escrita, a estimula a continuidade da produção literária da cidade e da região.

### Bravo V

O reconhecimento formal de um colegiado de escritores e pesquisadores serve como incentivo para novos talentos, mostrando que a dedicação às humanidades e à preservação da identidade cultural de Campinas possui respaldo e prestígio na esfera política - dada, infelizmente, a baixezas.

### Bravo VI

A atuação da Academia denota a densidade educacional da cidade cuja história se mantém viva quando suas principais referências acadêmicas e artísticas são devidamente valorizadas - atualmente em meio a superficialidades de todas as montas.



Governador sustenta que segurança pública é prioridade

# Tarcísio alega burocracia por atraso no Deinter-2

## Prefeitura doou terreno há 3 anos para construção da nova sede

Raquel Valli

O governo do Estado de São Paulo alega que o atraso de três anos no início das obras da nova sede do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (Deinter-2) em Campinas é devido a trâmites administrativos obrigatórios. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) foi questionada pelo **Correio da Manhã** depois que a Câmara Municipal retirou, em primeira votação, o prazo de cinco anos para que o Palácio dos Bandeirantes conclua a obra.

Cabe ainda mais um pleito por parte dos vereadores para que a decisão seja consolidada (leia mais abaixo). O prazo foi retirado em primeira votação pelo vereadores a pedido do prefeito Dário Saadi, que, assim como Tarcísio, é do Partido Republicanos. Há três anos, quando a prefeitura doou o terreno, estipulou que se a sede não fosse entregue dentro do prazo, que o terreno voltaria ao Palácio dos Jequitibás.

Por isso, para que o Palácio dos Bandeirantes não o perdesse, o chefe do Executivo campinense enviou um projeto de lei complementar à Câmara pedindo a supressão da data limite.

A prefeitura justificou o pedido sob o argumento de que o interesse público na construção da sede do Deinter-2 permanece prioritário, embora a obra não tenha começado a sair do papel

após três anos da doação.

Já em nota, o Palácio dos Bandeirantes afirmou que: "após a finalização da alteração legislativa necessária (em Campinas), o expediente será encaminhado ao Governo do Estado para formalização da aceitação do terreno. Concluída essa etapa, será possível realizar a contratação do projeto da futura unidade. Somente após a elaboração do projeto é que a obra poderá ser iniciada efetivamente". O Estado paulista não informou, entretanto, a estimativa de prazo para que o início das obras seja efetivado, embora uma das bandeiras de Tarcísio seja a segurança pública.

### Relembre o caso

Saadi assinou em 12 de maio de 2023 a Lei Complementar nº 413/2023 que doou uma área de seis mil metros quadrados no bairro Cidade Jardim para a construção do Deinter-2.

A demanda foi feita pela própria Polícia Civil. Já na última quarta-feira (20), a Câmara aprovou, em primeira discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 36/2026, que retira o prazo de cinco anos para a conclusão da obra para que o governo paulista não perca do terreno.

Agora, o projeto terá que ser aprovado em segunda votação pelos vereadores de Campinas para poder ser encaminhado ao prefeito, que deverá sancioná-lo para virar lei.